



----- Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, compareceram, pelas dezasseis horas, na sede da Junta de Freguesia de Vilares da Vilarça, os Senhores: EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente, MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA, Vice-Presidente; RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO e JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereadores. -----

----- Nesta que foi a nona reunião descentralizada do Município de Alfândega da Fé, estiveram ainda presentes alguns munícipes da aldeia de Vilares da Vilarça, bem como os membros desta União de Freguesias. Compareceram também o Chefe de Gabinete da Presidência, António Simões, a Técnica Superior de Comunicação, Ana Catarina Ramos Teixeira e a Técnica Superior da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, que secretariou a reunião. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, após o que foi aprovada, por **UNANIMIDADE**, a ata da reunião ordinária, realizada no dia dez de janeiro do corrente ano, previamente enviada por correio eletrónico a todos os membros do Executivo, tendo sido dispensada a sua leitura. Depois foram tomadas as seguintes decisões: -----

#### **BALANCETE**

----- Foi tomado conhecimento da existência de fundos através do Balancete do dia vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e três, que acusa o saldo de **€187.100,27** (cento e oitenta e sete mil e cem euros e vinte e sete cêntimos), em dotações orçamentais e de **€227.974,33** (duzentos e vinte e sete mil novecentos e setenta e quatro euros e trinta e três cêntimos), em dotações não orçamentais. -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes, especialmente os membros da Junta de Freguesia de Vilares da Vilarça, bem como os habitantes desta aldeia e da aldeia de Colmeais que tão bem os receberam e que estiveram em grande número presentes nesta reunião. Nesta que foi a nona reunião descentralizada, disse que este foi um compromisso que assumiram, ou seja, o Executivo Municipal vir ao encontro da população das aldeias para sentir as críticas e os anseios de cada um dos seus habitantes e também aí fazer as reuniões de câmara e não só na sede dos Paços do Concelho. Disse ainda que para finalizar este ciclo, falta apenas ir a duas freguesias e pretendem fazê-lo até Março deste ano. -----

----- Disse depois que, em conjunto com a equipa da Junta de Freguesia, durante a Presidência Aberta que fizeram nestas duas aldeias, viram alguns trabalhos que são necessários e que esta equipa foi manifestando, quais são os seus anseios e as suas preocupações, tendo já assumido com eles alguns compromissos. Realçou depois que esta Junta de Freguesia tem colaborado com a Câmara Municipal e que esta também tem colaborado com a Junta, ou seja, têm feito um trabalho de parceria e de equipa, agradecendo por isso a disponibilidade e o apoio que esta Junta de Freguesia tem dado. Continuando, o Senhor Presidente informou que estava previsto trazer na ordem do dia desta reunião um pedido de apoio financeiro, no valor de €16.000,00 (dezasseis mil euros) que a Junta de Freguesia de Vilares da Vilarça fez há cerca de quinze dias para apoiar em alguns trabalhos necessários, nomeadamente a reparação dos dois cemitérios, o de Colmeais e os dos Vilares da Vilarça, comprometendo-se a que seja, depois de estar devidamente cabimentado, agendado na primeira reunião de câmara de fevereiro, para que o dinheiro possa ser transferido para a Junta de Freguesia o mais breve possível. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, fez um balanço de todo o trabalho que tem vindo a ser feito relativamente à situação da seca. Lembrou que o ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi um ano muito



difícil para todos, quer no regadio quer no consumo humano, pois tiveram que ser implementadas medidas drásticas e difíceis, mas que permitiram alcançar os objetivos pretendidos e felizmente não tiveram quebras no abastecimento de água às populações e hoje a situação hidrológica é muito positiva, uma vez que as nossas barragens estão quase todas a 100 % (cem por cento), à exceção das Barragens de Sambade e da Esteveinha, que estão a 92% (noventa e dois por cento) e a 85% (oitenta e cinco por cento), respetivamente, mas espera que até ao final de janeiro, em Sambade e de fevereiro, na Esteveinha, ambas estejam em pleno armazenamento. Depois disse que, relativamente à Barragem da Burga, já toda a gente percebeu que ela tem um problema estrutural que foi detetado no início do mês de dezembro pelos serviços municipais de Proteção Civil, devido ao deslizamento de terras que houve junto ao transvase que vem da ribeira do Cerejal que abastece essa Barragem e que põe em risco a estrada municipal que liga a aldeia de Vilares da Vilariça à aldeia de Valbom, no Concelho de Vila Flor. Informou que as entidades da tutela, que têm a responsabilidade sobre a Barragem, foram imediatamente contactadas, isto é, contactaram a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e a Associação de Beneficiários do Vale da Vilariça. Informou ainda que já tinham um relatório técnico e em breve poderão fazer uma intervenção junto à Estrada Municipal para poder sanar esta situação. Por conseguinte, o Senhor Presidente da Câmara, relativamente a esta Barragem da Burga, esclareceu que a mesma está incluída num projeto de beneficiação de investimento no Plano Nacional de Regadio para fazerem o alteamento da Barragem em dois metros e poderem assim aumentar o armazenamento de água nesta mesma Barragem. Informou que este projeto está pré-aprovado na Comissão Europeia e está em fase de instrução em termos de impacte ambiental. Por isso, referiu que esta intervenção que será feita vai ter em consideração este alteamento que também será feito e por isso será uma intervenção “*de fundo*”. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente informou também que têm uma candidatura muito importante para esta aldeia dos Vilares da Vilariça, que já está aprovada. Vai permitir o melhoramento das águas residuais. Lembrou que desde o ano de 2007 (dois mil e sete), quando a Câmara Municipal fez a requalificação e reabilitação de todas as fossas sépticas do Concelho, Vilares da Vilariça só foi contemplada com uma ETAR, nomeadamente, nos Vilares de Baixo, tendo por isso, os Vilares de Cima ficado com a fossa séptica antiga que tem tido muitos problemas, originando, por sua vez, problemas nos terrenos dos proprietários. Daí terem feito uma candidatura para resolver o tratamento das águas residuais desta parte da aldeia, estando já em fase de concurso. No entanto, o concurso que foi feito ficou deserto, face às vicissitudes do momento e às dificuldades que se vivem devido aos aumentos de preços, taxas de juro, energia, inflação, etc, que estão a fazer aumentar os preços das empreitadas. Brevemente, este concurso voltará a ser lançado, disse, para ver se conseguem entregar a realização desta obra para poderem resolver este problema. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara referiu que no período da manhã tinham estado na aldeia de Colmeais e viram alguns trabalhos e necessidades relativamente ao arranjo de alguns muros, caminhos, espaços urbanos, calcetamentos, bem como na aldeia de Vilares da Vilariça e que durante o ano de 2023 (dois mil e vinte e três) irão certamente priorizar alguns desses trabalhos, sendo este um compromisso que deixou a toda a equipa da Junta de Freguesia e habitantes, na medida em que irão encontrar soluções para resolver os desafios lançados. -----

----- Interveio de seguida o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilares da Vilariça, José Alberto Reis, cumprimentando todos os presentes. Agradeceu depois ao Senhor Presidente da Câmara por ter vindo à sua freguesia, bem como aos restantes membros do Executivo e ao público em geral, dizendo que estava muito satisfeito por ver a “*casa cheia*”. Depois disse que já tinha feito um pedido de apoio financeiro, por escrito, à Câmara Municipal, o qual não foi negado e espera que seja rapidamente aprovado pois precisam do dinheiro. Entretanto explicou que deram uma volta à aldeia durante o dia e puderam ver que há sítios que têm que ser, urgentemente, intervencionados. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que há um assunto que também foi abordado durante o dia pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia que é uma ambição e um anseio desta freguesia: terem um lar de idosos. Disse, perante toda a população ali presente, que este processo depende muito da população, das forças vivas



desta aldeia, da união de todos e das vontades de cada um. Esclareceu também que já incentivou o Senhor Presidente da Junta a fazerem uma reunião plenária com toda a população, bem como com o Senhor Padre, com a Comissão Fabriqueira, com a Associação existente, com a Junta de Freguesia e, entre todos, definirem bem qual o caminho a seguir e que então, posteriormente, o Município estará disponível, como esteve na Parada e em Gebelim, para encontrar soluções e formas de os apoiar. Lembrou que há um novo Quadro Comunitário a chegar e o Município vai ter à sua disposição um novo pacote financeiro onde vão poder escolher para onde pretendem direcionar o dinheiro e, posteriormente, poderão vir a sustentar um projeto que tenha uma ideia clara e que tenha também o apoio popular das gentes dos Vilares da Vilarça para poderem avançar com ele. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José Reis, informou que na próxima Assembleia Municipal, depois de reunir com o seu executivo, irá abordar este assunto, como forma de dar o primeiro passo. -----

----- Continuando, usou da palavra o Senhor Vereador Rui Figueiredo, que começou por cumprimentar todos os presentes e que era com muito gosto que via aquela sala cheia. Dirigindo-se, depois, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, disse que tudo o que a Junta tem pedido ao Município, exceto o apoio financeiro agora pedido, tem apoiado em tudo, sendo, até ao momento, das poucas freguesias que pode dizer que tudo aquilo que pede, em termos de Divisão de Obras, tem cedido a tudo. Concorde que ainda há muito por fazer e frisou que se estão a assumir um compromisso de que vão fazer, é porque vão mesmo fazer e se não for nos próximos meses, será feito até ao final do ano. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Vereador Vítor Bebiano, começando por cumprimentar todos os presentes, especialmente as gentes dos Vilares da Vilarça, por quem disse ter um carinho muito especial, bem como aqueles que acompanham esta reunião em formato *on-line*. Disse que esta reunião é igual a outras que já foram feitas noutras freguesias, alertando para que a população presente aproveitasse o facto de estarem ali os todos os membros do Executivo para falarem dos problemas e anseios que cada um tem. Pediu que não tivessem medo em intervir e que no momento dedicado ao período de intervenção do público falem e exponham as ideias, anseios ou problemas para em conjunto poderem encontrar soluções. -----

----- Continuando, o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que fica feliz em ouvir o Senhor Vereador Rui dizer que todos os pedidos têm sido aceites, mas informou que os Vilares da Vilarça, em relação a outras freguesias, vão com treze anos de atraso. Referiu que têm visto investimentos fortes noutras freguesias que não são contra, mas que poderiam ter sido repartidos ao longo destes treze anos, por outras, nomeadamente, pelos Vilares da Vilarça e por isso, disse que se houver uma aposta maior durante este mandato autárquico não fazem mais do que a sua obrigação em ajudar os Vilares da Vilarça e os Colmeais. Entretanto, referiu que de facto é um anseio desta população ter um Lar ou um Centro de Dia e disse que, da parte dos vereadores da coligação PSD/CDS, estarão disponíveis para ajudar naquilo que estiver ao seu alcance para que isso possa ser uma realidade, porque de facto, para este lado do território, as ofertas não são muitas em relação a outras localidades do Concelho. Por isso disse que é urgente encontrar uma solução. -----

----- Continuando, o Senhor Vereador Vítor Bebiano, disse que trazem algumas questões, às quais gostariam de obter respostas. Em primeiro lugar, referiu-se ao subsídio de insalubridade e penosidade dos funcionários do Município de Alfândega da Fé. Disse terem sido recentemente abordados por alguns que estão em situação de virem a receber esses subsídios e que já tinham conhecimento que esse subsídio tinha sido aprovado e que já estariam muito próximo de o virem a receber mas, toda a gente está a atravessar momentos difíceis, com cada vez menos poder de compra e se o Executivo puder dar andamento a este, que não abrange todos os funcionários, mas sim alguns, será altura de se fazer esse pagamento, disse. Entretanto, referiu que não sabe se o pagamento vai ser feito com retroativos ao momento da aprovação daquele subsídio, mas apelou para que o Executivo faça um esforço no sentido de proceder a esses pagamentos aos funcionários que estão enquadrados neste diploma. Prosseguindo, o Senhor Vereador Vítor Bebiano,



abordando outro assunto também relacionado com funcionários e que também terá sido informado por eles, isto é, a questão dos Equipamentos de Proteção Individual. Disse que não recebem botas e casacos há mais de um ano e sabem que existe algum mau estar, principalmente por causa das botas. Pediu então ao Executivo para que faça também um esforço no sentido de adquirir esse material e distribuí-lo pelos funcionários. -----

----- De seguida, o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse já ter pedido há algum tempo, uma listagem com os devedores ao Município, ou seja, de quem deve ao Município e gostariam de ter uma lista dessas dívidas atualizada o mais rápido possível. Por conseguinte, disse que também pretendem uma listagem de todas as casas do Bairro Social onde conste a informação das que foram vendidas, das que estão arrendadas e de quais são as que estão disponíveis. Depois, o Senhor Vereador Vítor Bebiano, referiu-se a uma época que se aproxima e que os Vilares da Vilariça também podiam ser enquadrados nessa rota, ou seja a Rota da Amendoeira em Flor. O Senhor Vereador disse que não tem visto, da parte do Município, uma aposta neste certame. Explicou que não estão a pedir para que se faça uma feira que seja rival com a de Vila Nova de Foz Côa ou outro Concelho, mas gostaria de saber se há alguma coisa pensada para a Amendoeira em Flor de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Seguidamente, usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Câmara, agradecendo a intervenção do Senhor Vereador Vítor Bebiano, dizendo que as questões por ele colocadas são muito pertinentes e às quais tem todo o prazer em responder. Disse que, relativamente à questão do subsídio de insalubridade e penosidade, esta é uma questão legal, onde os trabalhadores que promovem certas atividades, previstas na lei, que põem em causa a sua saúde, tem direito a receber um subsídio. Explicou que esta lei saiu e tem de ser aplicada a partir de 2021 (dois mil e vinte e um). No entanto, fruto da pandemia, disse que houve algum atraso na aplicação deste subsídio, mas em 2022 (dois mil e vinte e dois) foi feita uma alteração ao Mapa de Pessoal, presente e aprovada na Câmara e na Assembleia Municipais, para integrar as carreiras que terão direito a este subsídio. Entretanto, esclareceu que para cumprirem de forma escrupulosa a lei, tiveram que solicitar um parecer ao Gabinete de Segurança e Higiene no Trabalho do Município e para além disso também estiveram a aguardar o parecer solicitado ao Sindicato dos Trabalhadores. Informou, depois que, no início deste corrente ano, instruiu e pediu à Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, para aplicar, aos trabalhadores referenciados, este subsídio já para o mês de janeiro. Entretanto, disse que, efetivamente, alguns trabalhadores, já lhe tinham colocado essa questão e já assumiu o compromisso de aplicar de imediato este subsídio, pelo que espera que durante o mês de fevereiro ele seja feito com retroativos a um de janeiro de dois mil e vinte e três. -

----- Entretanto, relativamente aos Equipamentos de Proteção Individual, o Senhor Presidente da Câmara tomou nota e disse que vai averiguar a situação. Depois disse que vai providenciar o envio da listagem dos devedores ao Município. Relativamente à listagem das casas do Bairro Social, o Senhor Presidente pediu à Chefe da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, ali presente, para fazer uma informação atualizada da situação das casas do Bairro Social para depois ser enviada a todos os Membros do Executivo. Entretanto, relativamente à Rota da Amendoeira em Flor, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, como todos sabem, estão num ano tremendamente difícil e não vão poder fazer grandes festas, iniciativas ou atividades, na medida em que vão ter de reduzir o investimento nesta área, priorizando outros investimentos. Informou que também estão em risco de não cumprir o Programa de Ajustamento Municipal e que por isso a sua prioridade são as contas certas, ou seja, cumprir com aquilo que são as responsabilidades financeiras do Município e à semelhança dos anos anteriores, não querem deixar de o fazer nos próximos anos. Obviamente que têm corrido alguns riscos, não desistindo do investimento assumido, mas vão ter de fazer alguns ajustamentos e “*apertar o cinto*”, como se costuma dizer, lamentou. Assim, terão que poupar na Festa da Cereja e noutras festas. Contudo, relativamente à Amendoeira em Flor, disse que de facto estão num território com alguma visitação, nomeadamente o Santuário do Imaculado Coração de Maria, em Cerejais, onde vários autocarros vão visitar aquele Santuário nesta altura do ano. Disse depois que o que estão a pensar fazer e implementar é a Feira dos Produtos da Terra, em parceria com a Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé e vão tentar



criar uma dinâmica diferente da do ano anterior, com mais fins-de-semana que irão quase até aos fins de semana da Festa da Cereja. Informou que brevemente vão reunir com a Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé para definir um modelo e depois falarão com os nossos produtores para, a partir de fevereiro e na altura do Carnaval essa Feira estar disponível com os nossos produtos disponíveis para quem nos visita. Entretanto disse também que estão a pensar adquirir mais stands para os nossos produtores e os nossos empresários poderem aproveitar durante estes fins de semana, pois os que têm estão já bastante degradados e têm que melhorar e modernizar a imagem desses stands para também poderem dinamizar melhor estes fins de semana. -----

#### **ORDEM DO DIA**

#### **1. NOTA SOBRE A SITUAÇÃO HIDROLÓGICA NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ** -----

Sobre o assunto, presente a referida Nota, acompanhada de um informação do Gabinete de Comunicação, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 419 (quatrocentos e dezanove) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). O Senhor Presidente da Câmara, na sequência do que já tinha sido abordado na reunião de câmara anterior, passou à leitura da referida Nota, para que possa ser discutida e analisada por todos e posteriormente, ser enviada, sob a forma de ofício, ao Senhor Ministro do Ambiente da Ação Climática. Segue-se a sua transcrição integral: -----

**Assunto: Nota sobre a situação hidrológica no concelho de Alfândega da Fé** -----

*Exmo. Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática* -----

*Dr. Duarte Cordeiro* -----

*É com grande satisfação que damos conta, neste início de ano, que a situação hidrológica no concelho de Alfândega da Fé apresenta indicadores bastante favoráveis, com os níveis das barragens a atingir o pleno, na sua maioria.* -----

*A grave situação de seca, que atravessamos no Verão e Outono de 2022, está agora ultrapassada com os cursos e nascentes de água a serem reestabelecidos por força da elevada precipitação, pese embora ainda sejam sentidos os graves efeitos da mesma nas produções agrícolas e nos ecossistemas, que foram severamente afetados. ---*

*As consequências desse período de seca seriam ainda mais devastadoras se não tivessem sido tomadas as medidas de contingência, acionadas pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática e pela Agência Portuguesa do Ambiente que, no devido momento, asseguraram a continuidade do abastecimento de água às populações – que esteve seriamente comprometido – e permitiram disponibilizar recursos financeiros para a implementação de medidas concretas no território. De referir a agilização dos procedimentos junto da APA, para utilização da água da albufeira do Baixo Sabor para fins agrícolas, e o importante acordo financeiro para medidas de mitigação e combate à seca, que foram cruciais num momento de tão grande emergência.* -----

*Queremos por isso manifestar o profundo agradecimento do Município de Alfândega da Fé ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, na pessoa do Sr. Ministro, Dr. Duarte Cordeiro, à Agência Portuguesa do Ambiente, na pessoa do Sr. Vice-Presidente Eng.º. Pimenta Machado e estender ainda este agradecimento às Águas do Norte, na pessoa do Dr. Filipe Silva, pela disponibilidade e prontidão na resposta às dificuldades sentidas nessa fase.* -----

*Pese embora a atual situação hidrológica seja mais favorável, não podemos esquecer que estes fenómenos climáticos são cíclicos e cada vez mais frequentes – recordemos o ano de 2017 em que fomos afetados pela escassez de recursos hídricos – sendo por isso necessário e fundamental tomar medidas estruturais que tornem os territórios e os sistemas de abastecimento de água às populações mais resilientes à seca, propondo: -----*

*- a recuperação do estudo prévio da Barragem de Sambade, que propõe o transvase de duas linhas de água para aumentar a bacia hidrográfica da albufeira. Um projeto absolutamente estratégico para aumentar a capacidade e resiliência no abastecimento de água às populações do concelho de Alfândega da Fé e dos concelhos vizinhos; -----*



----- - a criação de charcas em diversos pontos do território, nomeadamente na Serra de Bornes, zona mais afetada pela seca, para dessa forma se aumentar a resiliência e sustentabilidade dos ecossistemas, das produções agrícolas e das populações face aos períodos de seca e também no combate a incêndios; -----

----- - mais investimento e apoio na melhoria das redes de abastecimento, nomeadamente no ciclo urbano da água, algo que não se verificou no último quadro comunitário e que é necessário que seja uma das prioridades no quadro comunitário Portugal 2030; -----

----- - a agilização dos processos de licenciamento ambiental para utilização da água e de construção de novas albufeiras; -----

----- - uma intervenção urgente e prioritária na albufeira da Burga, que sofreu um abatimento significativo do talude no local onde descarrega o transvase da linha de água da ribeira do Cerejal, colocando em risco a segurança das pessoas que transitam na estrada municipal que liga as aldeias de Vilares da Vilarça e Vale Bom, via que atravessa o corpo da própria barragem (a Agência Portuguesa do Ambiente e DGADR conhecem o processo e estão a desenvolver uma solução); -----

----- - a necessidade urgente de realizar um estudo geológico capaz de identificar a patologia na zona junto ao descarregador de superfície da barragem da Esteveíinha, que origina uma fuga de água muito importante e coloca em causa a resiliência desta barragem. Para isso é necessário disponibilizar verbas para o financiamento do Estudo Geológico e sinalizar esta intervenção no Plano Nacional de Segurança de Barragens. (A DGADR conhece a situação) -

----- Num território já por si fragilizado em termos económicos e demográficos, fazer face a fenómenos climáticos adversos requer medidas estruturais que possam capacitar para uma maior eficiência dos recursos disponíveis e aumentar a resiliência face a períodos de seca. É com esse intuito que expomos junto de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a necessidade de antecipar um próximo período de crise hidrológica com as medidas acima propostas e outras que possam contribuir para esse fim. -----

----- Reiterando o agradecimento por todo o empenho do Ministério do Ambiente e da Ação Climática e demais entidades competentes nesta matéria, apresento os melhores cumprimentos em nome do Município de Alfândega da Fé.” -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que ele e o Vereador José Almendra se associam a esta Nota. Aproveitou para dizer também ao Senhor Presidente da Câmara que tem ali uma oportunidade pois o partido que neste momento domina o Concelho é o mesmo partido que está no Governo, acrescido de ser com maioria absoluta. O Senhor Vereador José Almendra disse que neste documento estão também vertidas as propostas por eles sugeridas e concorda com o que está escrito. -----

----- Colocada a votação, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar o teor da nota lida pelo Senhor Presidente da Câmara, para ser enviada ao Senhor Ministro do Ambiente Ação Climática e demais entidades competentes nesta matéria, conforme consta no ofício a enviar, anexo à informação do Gabinete de Comunicação, supra identificada. -----

----- **2. PROJETO DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARTE B: SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DOS ARTS. 25º Nº 1, ALÍNEA G) E 33º Nº 1, ALÍNEA K), AMBOS DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 366 (trezentos e sessenta e seis) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----



----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. Disse que estão a preparar o arranque de um projeto muito importante que tem a ver com o apoio à nossa economia, no sentido de lançarem um apoio financeiro para as nossas empresas que criem postos de trabalho terem direito a um apoio financeiro durante quatro anos. Informou depois que o apoio financeiro será o valor de €3.500,00, durante quatro anos, desde que essa empresa crie um posto de trabalho sem termo. Disse depois que detetaram duas falhas e essas falhas foram corrigidas na reunião de câmara e na Assembleia Municipal de dezembro, mas, com a realização do aviso para lançar o projeto, detetaram mais duas falhas. A sua opinião é que devem corrigir e tentar sempre melhorar aquilo que são os regulamentos e por isso, há duas situações que querem propor à consideração da Câmara, ou seja, querem retificar duas situações muito simples. Esclareceu que detetaram que empresas que não tivessem contabilidade organizada não se podiam candidatar ao apoio e entendem que é uma situação de injustiça porque há muitos empresários em nome individual, que têm contabilidade simplificada, mas que têm condições de criar um posto de trabalho. Depois disse que também querem criar a possibilidade de uma empresa poder fazer mais do que uma candidatura, desde que o plafond disponível anual não seja atingido. Referiu que estas são as alterações que pretendem que também sejam aprovadas na próxima Assembleia Municipal, pois querem, durante o mês de fevereiro, abrir o período de candidaturas. Informou depois que no dia 31 de janeiro vão ter uma sessão pública para apresentar este programa e fica muito satisfeito por saber que já há muitos empresários interessados. Disse depois que o Município de Alfândega da Fé, apesar das dificuldades que tem, quer priorizar o investimento e entenderam que, neste momento, o investimento que devem fazer é apoiar os nossos empresários a criar postos de trabalho e combater a precariedade no nosso Concelho. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano perguntou se, em relação à segunda alteração que o Senhor Presidente informou, há algum limite, o qual respondeu que podem ser feitas até três candidaturas. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, submeter a alteração ao Projeto de Código Regulamentar para o Desenvolvimento Socioeconómico do Concelho de Alfândega da Fé, anexa à Informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada, a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, conforme determinam os arts. 25º nº 1, alínea g) e 33º nº 1, alínea k), ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.-----

### **3. MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2023 - 1ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OM | GOPS 2023 - PARA CONHECIMENTO** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata, sob o nº.108 (cento e oito), do ano 2023 (dois mil e vinte e três). -----

### **4. RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALFÂNDEGA DA FÉ- EQUIPA EIPS E EQUIPA EOC – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente o referido Protocolo acompanhado de uma informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata, sob o nº 358 (trezentos e cinquenta e oito), do ano 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações que constam na informação supra referida. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, renovar o referido Protocolo de acordo com o mencionado na informação da Divisão Financeira, supra identificada. -----

### **5. ANÁLISE DE PROPOSTAS – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, NOS TERMOS DO ART.º 50.º DA LEI Nº 73/2013, DE 3/9, ATÉ AO MONTANTE DE €300.000,00 – APROVAÇÃO PELO SENHOR PRESIDENTE NOS**



**TERMOS DAS COMPETÊNCIAS QUE ME SÃO CONFERIDAS PELO N.º 3 DO ARTº 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata, sob o nº 266 (duzentos e sessenta e seis), do ano 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviado a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu, através de despacho, aprovar a proposta apresentada pela única entidade que apresentou proposta, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Quente CRL. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. Disse que este pedido de empréstimo já foi tratado e explicado na sessão da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano perguntou, relativamente ao valor que sobra da indemnização que o Município vai ter de pagar, uma vez que não é a totalidade do valor do empréstimo a contrair, o que vai ser feito com esse dinheiro. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que vai ser utilizado para pagar dívidas a fornecedores. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, através de despacho por si proferido em onze de janeiro de dois mil e vinte e três, contido na informação da Divisão Financeira, supra identificada, que aprovou a proposta apresentada pela única entidade que apresentou proposta, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Quente CRL. -----

**6. EMPREITADA DE “REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ALDEIA DE SAMBADE - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E ABERTURA DO PROCEDIMENTO - PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7227 (sete mil duzentos e vinte e sete) do ano 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Vereador Rui Figueiredo, usando a competência que lhe foi concedida por despacho, decidiu aprovar as peças do procedimento referido, bem como autorizar a sua abertura. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Vereador da Câmara, Rui Figueiredo, através de despacho por si proferido em catorze de dezembro de dois mil e vinte e dois, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada. -----

**7. EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL COM CRIAÇÃO DE INCUBADORA DE EMPRESAS - FASE 1 – AUTO DE MEDIÇÃO 4 TN - PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7251 (sete mil duzentos e cinquenta e um) do ano 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Vereador Rui Figueiredo, usando a competência que lhe foi concedida por despacho, decidiu aprovar o Auto de Medição nº 4TN da referida obra. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Vereador Rui Figueiredo, através de despacho, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada, que aprovou o Auto de Medição nº 4TN, no valor de €59.303,20 (cinquenta e nove mil trezentos e



três euros e vinte cêntimos), relativamente à empreitada de “Ampliação e Requalificação da Zona Industrial com Criação de Incubadora de Empresas - Fase 1”. -----

**8. EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL COM CRIAÇÃO DE INCUBADORA DE EMPRESAS - FASE 1 – AUTO DE MEDIÇÃO 5 TN - PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada sob o nº 7614 (sete mil seiscientos e catorze) do ano 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficarão a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu, através de despacho, aprovar o Auto de Medição nº 5 TN da referida obra. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, através de despacho por si proferido em nove de janeiro de dois mil e vinte e três, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada, que aprovou o Auto de Medição nº 5TN, no valor de €74.036,22 (setenta e quatro mil e trinta e seis euros e vinte e dois cêntimos), relativamente à empreitada de “Ampliação e Requalificação da Zona Industrial com Criação de Incubadora de Empresas - Fase 1”. -----

**9. EMPREITADA DE “RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO LAGAR D’EL REI” – AUTO DE MEDIÇÃO 4 TN - PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, registado sob o nº 7615 (sete mil seiscientos e quinze) do ano 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficarão a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu, através de despacho, aprovar o Auto de Medição nº 4 TN da referida obra. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, através de despacho por si proferido em dez de janeiro de dois mil e vinte e três, contido no ofício da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, supra identificado, que aprovou o Auto de Medição nº 4TN, no valor de €30.533,77 (trinta mil quinhentos e trinta e três euros e setenta e sete cêntimos), relativamente à empreitada de “Reconstrução e Ampliação do Edifício Lagar D’El Rei”. -----

**10. EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DO BAIRRO SOCIAL TRÁS-DE-CASTELO” – REVISÃO DE PREÇOS N.º3 – PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada sob o nº 202 (duzentos e dois) do ano 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu, através de despacho, aprovar a revisão de preços, relativamente à empreitada. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, através de despacho por si proferido em dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada sob o nº 202 (duzentos e dois) do ano 2023 (dois mil e vinte e três), que aprovou a revisão de preços, relativamente à empreitada de “Reabilitação Energética do Bairro Social Trás-de-Castelo”, de acordo com o referido nessa informação. -----



----- **11. REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DO BAIRRO SOCIAL TRÁS-DE-CASTELO – AUTO DE MEDIÇÃO 19 TN – PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada sob o nº 354 (trezentos e cinquenta e quatro) do ano 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu, através de despacho, aprovar o Auto de Medição nº 19 TN, da referida empreitada. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, através de despacho por si proferido em dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada sob o nº 354 (trezentos e cinquenta e quatro) do ano 2023 (dois mil e vinte e três), que aprovou o Auto de Medição nº 19TN, no valor de €31.698,75 (trinta e um mil seiscientos e noventa e oito euros e setenta e cinco cêntimos), relativamente à empreitada de “Reabilitação Energética do Bairro Social Trás-de-Castelo”. -----

----- **12. EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA CASA ARCEBISPO D. JOSÉ DE MOURA” - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONTRATUAL – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada sob o nº 476 (quatrocentos e setenta e seis) do ano 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Depois, o Senhor Vereador Vítor Bebiano perguntou em quanto vai ficar, ao Município, esta obra depois destas revisões feitas, uma vez que inicialmente estava previsto um valor e agora já é outro. Perguntou também se o valor da comparticipação é 85% (oitenta e cinco por cento), ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim, informando ainda que, em termos de FEDER, o Município não vai perder dinheiro, muito pelo contrário, porque este atraso permitiu reforçar mais o valor FEDER para chegarem aos 85% (oitenta e cinco por cento). Continuando, explicou que o primeiro concurso foi feito por cerca de €590.000,00 (quinhentos e noventa mil euros) e a obra ficou a cerca de 25% (vinte e cinco por cento) de execução e neste momento vão lançar um novo concurso por €540.000,00 (quinhentos e quarenta mil euros), ou seja, há um aumento de cerca de oitenta a noventa mil euros. O Senhor Vereador José Almendra perguntou depois se a comparticipação será feita sobre este novo valor ou sobre o valor total da obra. O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que será comparticipada sobre o atual valor total. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **MAIORIA**, com três votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores Vítor Bebiano e José Almendra, aprovar o projeto de execução, as peças do procedimento e a abertura do procedimento de concurso público, nos termos propostos na informação de Obras e Planeamento, supra identificada. -----

----- Os Senhores Vereadores Vítor Bebiano e José Almendra disseram abster-se porque este processo não teve um bom final na primeira adjudicação, o prazo parece-lhes bastante apertado, pois a obra está bastante atrasada e é um risco que poderá vir a trazer problemas financeiros graves no futuro, caso a obra não seja concretizada durante os seis meses, dizendo que por vezes há riscos que não têm que se correr, sendo este um deles. Para além disso, disse que a situação financeira da Câmara não é das melhores e vai ter que ser uma empresa muito forte a ganhar esta obra para dar garantias de execução neste prazo. -----

----- O Senhor Vereador Rui Figueiredo interveio dizendo que se abandonassem a obra essa situação seria mais prejudicial para o Município. -----



----- 13. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO LE.3/20 - LOE.288/22) APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA ASSOCIADO AO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, COM 280,9 M2, SITA EM "PENEDRAS" - FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, REQUERIDO POR MANUEL ANTÓNIO ZENÃO - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-03, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- 14. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO LE.5/22 – ESP(AP).290/22). MANIFESTADA A INTENÇÃO DE INDEFERIR O PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO DESTINADA A ARRUMOS / GARAGEM, COM 306,4 M2, SITA EM "RUA 1.º DE MAIO" - FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, REQUERIDO POR RUI MANUEL AIRES - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-07, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- 15. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO LE.6/20 - ALT.321/22). DEFERIDO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR, COMPOSTO POR 4 FRAÇÕES DESTINADAS A HABITAÇÃO T.3, COM 1.074,8 M2, SITA EM "RUA MARIA DO CARMO PAULO – BAIRRO DAS PENEDRAS" - FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, REQUERIDO POR RUMODINÂMICO, LDA. - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-08, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- 16. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO PC.75/22 - RGEU.307/22). DEFERIDO O PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS RELATIVAS AO PEDIDO DE CERTIDÃO SOBRE EDIFICAÇÃO CONTRUÍDA ANTES DA APLICABILIDADE DO RGEU, SITA EM VALVERDE - UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, REQUERIDO POR ANTÓNIO JOAQUIM ARAÚJO - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-41, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- 17. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO PC.4/23 - CPR.11/23) EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE / FRACIONAMENTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS (ARTIGOS N.º 384, 514 E 681 - FREGUESIA DE CEREJAIS), REQUERIDO POR MANUEL ALEIXO AMARO - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-44, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- 18. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO PC.6/23 - CPR.14/23) EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE / FRACIONAMENTO DE PRÉDIO RÚSTICO (ARTIGO N.º 2510 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE), REQUERIDO POR HERANÇA DE ILDA DE LURDES LISBOA - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-44, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- 19. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO PC.7/23 - CPR.24/23) EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE / FRACIONAMENTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS (ARTIGOS N.º 204 E 1.612 - PARADA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA), REQUERIDO POR FRANCISCO DO NASCIMENTO DINIZ - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-44, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



----- **20. APROVAÇÃO DO CONTRATO E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, NOS TERMOS DO ART.º 50.º DA LEI Nº 73/2013, DE 3/9, ATÉ AO MONTANTE DE €300.000,00 - PARA RATIFICAÇÃO DA DECISÃO TOMADA PELO SR. PRESIDENTE, NO USO DAS COMPETÊNCIAS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO N.º 3 DO ARTº 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Sobre o assunto, presente um despacho do Senhor Presidente da Câmara, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 475 (quatrocentos e setenta e cinco) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, através de despacho por si proferido em dezanove de janeiro de dois mil e vinte e três, supra identificado, que aprovou o contrato e as cláusulas contratuais do empréstimo a curto prazo até ao montante de €300.000,00, celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Quente CRL. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Neste período, inscreveu-se para intervir, o munícipe Antero Sá, para perguntar se pode ser feito um projeto para a colocação de tapete na estrada municipal que liga a aldeia de Vilares da Vilarça a Alfândega da Fé e caso não seja possível para este percurso, se será possível para a ligação do Pombal a Alfândega da Fé, pois é uma grande necessidade. O Senhor Presidente da Câmara referiu que essa é uma questão muito importante e com a qual ele concorda, mas para colocar tapete na estrada de Vilares da Vilarça a Alfândega da Fé, certamente não será possível, porque há dez anos que a União Europeia não financia o Estado na reabilitação de estradas e não há dinheiro para este tipo de intervenções, desde o tempo em que foi feita a reabilitação nesta estrada até à aldeia de Colmeais. No entanto, o Senhor Presidente da Câmara disse que vão priorizar, dentro daquilo que são as suas possibilidades, a reabilitação da estrada do Pombal até Alfândega da Fé, informando, inclusive, que já têm projeto de execução para reabilitar esta estrada, no valor de quase €300.000,00 (trezentos mil euros). No entanto vão agora procurar uma fonte de financiamento e espera em breve conseguir arranjar esse financiamento para poder reabilitar esta estrada. -----

----- De seguida, interveio o munícipe Luís Mónico para dizer que esta estrada também precisa de sinalização, quer nas linhas paralelas, quer nas linhas no meio da estrada, pois em dias de nevoeiro não é fácil circular. O Senhor Presidente da Câmara concorda que em dias de inverno é uma estrada perigosa e com ausência de sinalização. -----

----- Entretanto, o Senhor Vereador José Almendra interveio devido ao valor da reabilitação desta estrada. Disse que se têm que priorizar os investimentos, caso não encontrem uma solução de financiamento para a realização desta reabilitação, entende que o Município tem “*que deitar mãos à obra*” e fazê-lo por conta própria. O Senhor Presidente da Câmara disse concordar absolutamente com o que o Senhor Vereador José Almendra disse. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara referiu que uma senhora durante o dia se terá queixado da falta de transporte pois tinha uma consulta nesta tarde e não pôde ir por falta desse transporte. Disse que têm conhecimento desta necessidade, que também é uma necessidade noutras aldeias e, num futuro próximo, através de um novo Contrato que a CIM está a fazer para os transportes públicos, poderão também ter uma resposta à chamada, ou seja, o transporte ser solicitado com algumas regras e algumas condições, mas que poderão melhorar um pouco esta ausência de transporte. -----

----- Por último deliberou a Câmara Municipal aprovar esta ata em minuta, por **UNANIMIDADE**, nos termos do n.º 3 do Art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos imediatos. -----



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

## Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 24-01-2023

----- O Senhor Presidente da Câmara aproveitou, antes de encerrar definitivamente esta reunião, para agradecer a todos a presença de tanta gente e também pela boa forma como foram recebidos, desejando a todos muita saúde e também um bom ano. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, declarou encerrada a reunião, às dezassete horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior, a lavrei, subscrevo e também assino. -

Presidente da Câmara Municipal: \_\_\_\_\_

Secretária da Reunião: \_\_\_\_\_

sandrac